

## TRABALHO DOCENTE NA UNIVERSIDADE: UM DIAGNÓSTICO COM PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

*TEACHING WORK AT UNIVERSITY: AN ASSESSMENT WITH PHYSICAL  
EDUCATION TEACHERS* 

*TRABAJO DOCENTE EN LA UNIVERSIDAD: UN DIAGNÓSTICO CON  
PROFESORES DE EDUCACIÓN FÍSICA* 

 <https://doi.org/10.22456/1982-8918.95636>

 **Caroline Broch\*** <carolinebroch@yahoo.com.br>

 **Fabiane Castilho Teixeira\*\*** <fabianecteixeira@gmail.com>

 **Juliana Pizani\*\*** <jupizani@hotmail.com>

 **Ieda Parra Barbosa-Rinaldi\*** <parrarinaldi@hotmail.com>

\* Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, Brasil.

\*\* Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.

**Resumo:** Este texto, de caráter descritivo, objetivou investigar a dinâmica do trabalho docente na universidade sob a ótica de professores de Educação Física. Participaram da pesquisa dez docentes de instituições públicas e privadas do estado do Paraná. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e tratados com base na técnica de análise de conteúdo. Verificou-se que as condições estruturais e salariais de trabalho, a intensificação representada pelo acúmulo de funções e aspectos como a autonomia, a valorização profissional e o perfil discente são fatores intervenientes na satisfação docente. Os impactos, favoráveis e desfavoráveis, apresentam relação com o tipo de vínculo institucional (público e privado) e refletem o cenário de modificações estruturais na organização do trabalho, que trouxe complexos desafios e tensões ao desempenho profissional docente no campo educacional brasileiro.

**Palavras chave:** Educação Física. Educação superior. Trabalho.

Recebido em: 19-08-2019  
Aprovado em: 19-11-2020  
Publicado em: 30-12-2020



Este é um artigo publicado sob a licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

eISSN: 1982-8918

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta achados referentes à nova dinâmica do trabalho docente no Brasil. As problematizações partiram do atual cenário do ensino superior no Brasil, expresso por modificações estruturais na organização do trabalho, originadas pelo avanço das tecnologias da informação e pelo processo de globalização, uma vez que as leis e os contratos se flexibilizaram, o que resultou em intensificação e em precárias condições laborais (MANCEBO *et al.*, 2015; SGUISSARDI, 2015). Aliás, o cumprimento das demandas laborais científico-acadêmicas tem exigido um ritmo de trabalho cada vez mais acentuado dos docentes universitários (D'OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Além disso, é válido ponderar as desvantagens que se associam indissolavelmente nessa nova dinâmica, uma vez que um intenso processo de mercadorização da Educação Superior foi inaugurado e tem ganhado cada vez mais espaço no contexto mundial, cujas consequências alcançaram o sistema educacional brasileiro e o trabalhador docente na universidade (BOSI, 2007). Nesse sentido, dilui-se o conceito da Educação como bem público em detrimento ao de mercadoria (RISTOFF, 2013).

Para Fritsch, Jacobus e Vitelli (2020), essa realidade se alicerça no atendimento a demandas do mercado de trabalho, afastando-se da produção, sistematização e disseminação do conhecimento e de valores sociais como a cidadania e a democracia.

Acerca da ampliação do acesso ao ensino superior, possibilitado pela conjuntura sociopolítica vivida pelo país após a LDB (BRASIL, 1996), professores universitários do Rio de Janeiro afirmaram que os programas governamentais, a exemplo do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) não apresentaram o suporte necessário para a expansão das vagas ofertadas nas universidades, sobretudo no que se refere à relação entre a abertura de novas vagas e a contratação de novos professores. Tal condição, juntamente com os sucessivos cortes de financiamentos, impactou de forma direta nas condições laborais dos docentes (SOUZA *et al.*, 2020).

Como impactos diretos para o trabalho docente, temos a ampliação das atribuições administrativas docentes, motivada também pela redução do quantitativo de técnicos administrativos; a diminuição dos salários e de investimentos em infraestrutura; o que acaba invariavelmente refletindo na qualidade do ensino ofertado (TARDIF; LESSARD, 2007; SGUISSARDI, 2015; CINTRA, 2018; SOUZA *et al.*, 2020).

No caso dos profissionais no contexto do ensino superior brasileiro, os impactos da mercadorização manifestam-se por expansão privado-mercantil, estabelecimento de parcerias entre público-privado, estímulo à competição, criação de *rankings* e indicadores, entre diversos outros fatores (AZEVEDO, 2015; SGUISSARDI, 2015). Tem-se, também, o ensino flexibilizado por cursos de curta duração, o ensino a distância, os movimentos de educação continuada, o aligeiramento da formação pautado nos critérios de eficiência e produtividade, o que fragiliza o processo formativo como um todo (MANCEBO; FRANCO, 2003; SGUISSARDI, 2015; CASTELO BRANCO, 2020).

A principal tese aqui defendida é de que os impactos experimentados por professores universitários diante de tais modificações repercutem não somente

nas condições objetivas de seu exercício profissional, mas, certamente, na própria satisfação com o trabalho docente. Para lançar elementos de sustentação a essa tese, consideramos as contribuições advindas do sociólogo norte-americano Richard Sennett e do sociólogo alemão Ulrich Beck, com o interesse de abrir novas possibilidades analíticas ao campo da Educação Física.

Em Sennett (2005), são abordados desdobramentos que o modo de vida na sociedade flexível traz para as relações e laços sociais. Em Beck (2011), uma sociedade de risco é delineada, cujas mudanças na sociedade do trabalho descortinaram instabilidade e riscos imprevisíveis ao trabalhador.

Tendo como ponto de partida a dinamicidade do campo educacional, que acompanha as mudanças sociopolíticas, econômicas e culturais, e considerando a imprevisibilidade dessas transformações, é notório que os docentes universitários enfrentam hoje inúmeros desafios e tensões para desenvolver seu trabalho, o que vem, em outra instância, promovendo novas formas de atuar neste contexto. De tal modo, o recorte deste estudo volta-se à referida temática na área da Educação Física.

Diante da nova dinâmica do trabalho docente e da ausência de espaços para discussões relativas aos fatores que se estabelecem no ensino superior em Educação Física (BROCH *et al.*, 2020; BROCH, 2018; REZER, 2010), partimos do entendimento de que distintos projetos que compõem as Instituições de Ensino Superior (IES) apontam importantes desdobramentos nas relações de trabalho e na respectiva satisfação profissional. Portanto, objetivamos nesta pesquisa investigar a dinâmica do trabalho docente na universidade sob a ótica de professores de Educação Física.

## 2 DECISÕES METODOLÓGICAS

Em termos dos procedimentos metodológicos, partimos de uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, que nos permite considerar as opiniões, crenças, percepções e valores apresentados pelos sujeitos e contextos sociais investigados (MINAYO, 2007; GIL, 2010). Entendemos que a pesquisa qualitativa em nosso caso se torna significativa por abarcar conteúdos interpretativos, possibilitando a análise do fenômeno como um todo, tendo como centralidade a discussão acerca de como o trabalho docente se encontra. Sendo assim, salientamos que a interpretação dos dados, por meio da pesquisa qualitativa, permite realçar os aspectos implícitos a partir do olhar do investigador, e a abordagem descritiva do conteúdo possibilita ao leitor a compreensão de seu conteúdo concreto.

Deste modo, o primeiro critério de seleção empregado foi incluir na pesquisa docentes de instituições públicas e privadas. Esse critério buscou abarcar a representação de diferentes realidades do trabalho docente. Por conveniência, foram convidados docentes de Educação Física de seis instituições de ensino superior do estado do Paraná via *e-mail* que deveriam aceitar os termos da pesquisa. Além disso, considerou-se a necessidade de apresentarem vínculo com a IES de atuação, de no mínimo cinco anos de experiência profissional, entendendo que a vivência da docência poderia imprimir uma maior qualificação dos resultados para compreensão da realidade investigada. Após a aplicação dos critérios, a amostra constituiu-se por dez docentes

universitários. Dessa forma, seis docentes participantes da pesquisa apresentaram entre cinco e nove anos de experiência docente e quatro mais de dez anos.

Como instrumento para coleta de dados, utilizamos uma entrevista semiestruturada organizada a partir de uma matriz analítica, contendo objetivos e indicadores para cada um dos pontos contemplados. Para a validação do instrumento foram empregados dois procedimentos: a) realização de entrevista piloto e b) validação da matriz analítica por três professores doutores da área. A escolha da entrevista semiestruturada como procedimento de coleta tem embasamento no entendimento de que constitui um instrumento privilegiado para a coleta de dados, especialmente por valorizar a fala do sujeito como representação de um grupo determinado, podendo revelar com mais clareza condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos (MINAYO, 2008).

As entrevistas foram realizadas individualmente, conforme a disponibilidade dos participantes. Utilizamos um gravador de voz para o recolhimento dos dados, e, em seguida, foi feita a transcrição do conteúdo das entrevistas. Os relatos foram codificados e estão representados por siglas, sendo D1, D2, D3, D4 e D5 para os docentes de IES públicas, e D6, D7, D8, D9 e D10 para os de IES privadas.

Para tratamento dos dados coletados nas entrevistas recorreremos à técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Essa técnica passa por três fases distintas, são elas: 1) pré-análise; 2) exploração do material e tratamento dos resultados; e 3) inferência e interpretação (BARDIN, 2016). A etapa de exploração do material é a mais duradoura, e neste estudo consistiu na definição das unidades de registro e de contexto e definição dos sistemas de categorias e de codificação. Dessa forma, aplicamos a unidade de significado e de contexto. Elegemos a categorização ou análise categorial, dentre as várias possibilidades de categorização. As categorias foram construídas *a posteriori*, ou seja, surgiram a partir dos resultados coletados conforme se destacavam nas diferentes etapas utilizadas na técnica analítica do material. Este procedimento permitiu que os resultados brutos fossem tratados de maneira que tornassem significativos e válidos. Para isso construímos quadros de resultados, figuras com categorias e apresentação dos recortes de falas, os quais condensam e destacam as informações fornecidas pela análise, o que facilita a compreensão do contexto, possibilitando uma interpretação mais precisa baseada nos objetivos estabelecidos.

O termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) foi devidamente assinado pelos participantes e a pesquisa foi aprovada pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – COPEP da Universidade Estadual de Maringá/PR, sob Parecer n. 2.460.322/2018.

### 3 A DINÂMICA DO TRABALHO DOCENTE NA UNIVERSIDADE

O empreendimento feito neste estudo se deu no sentido de identificação dos aspectos que norteiam o trabalho de professores de Educação Física na universidade. Dessa forma, as respostas colhidas se associam aos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais em jogo no contexto investigado.

Quadro 1 - Aspectos que permeiam o trabalho de docentes universitários.

Categorias	Subcategorias	Fatores Intervenientes (f)	
		Favoráveis	Desfavoráveis
Condições estruturais e salariais	Infraestrutura (material e equipamento)	3	6
	Remuneração	5	4
	Progressão na carreira	4	5
Atribuições docentes	Ensino	3	4
	Pesquisa e Extensão	3	5
	Administração	0	3
Aspectos da atuação docente	Autonomia	8	2
	Perfil dos alunos	2	3
	Relevância social	8	0

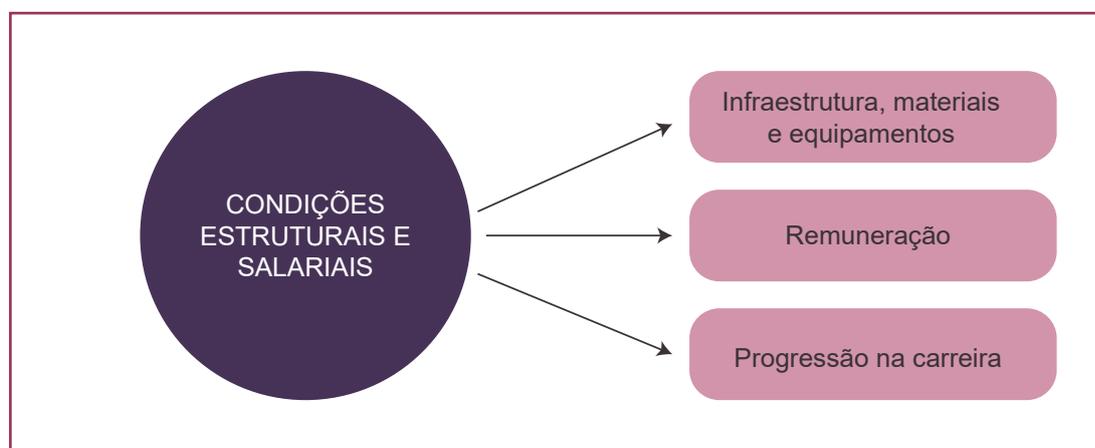
Fonte: As autoras (2019).

O Quadro 1 apresenta as três categorias encontradas e suas respectivas subcategorias, bem como a frequência com que surgiram. Empenhamos-nos aqui em tratar separadamente as categorias e, ao que parece, são fatores que interferem positiva e negativamente na satisfação com o trabalho docente. Além disso, fizemos a opção por apresentar especificidades no âmbito público e privado<sup>1</sup>, haja vista suas distinções, especialmente, quanto ao empreendimento privado na busca pelo custo-benefício lucrativo do investimento.

### 3.1 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS E SALARIAIS

A Figura 1 apresenta as condições adequadas de estrutura e de remuneração que deveriam ser prerrogativas básicas para o trabalho docente no sistema educacional brasileiro, em todos os seus níveis. No caso do ensino superior, por sua vez, a literatura consultada indicou que as universidades públicas têm sido alvo de constantes processos de precarização dos espaços de trabalho. Já as instituições privadas, em geral, devido às suas características mercadológicas, são mais afetadas nas condições salariais e contratuais (BOSI, 2007; BRANDÃO *et al.*, 2015).

Figura 1 - Condições estruturais e salariais do trabalho docente



Fonte: As autoras (2019).

1 As instituições de ensino privado distinguem-se em: com fins lucrativos e sem fins lucrativos (que podem ser comunitárias, confessionais ou filantrópicas).

Em relação às condições estruturais de trabalho, os docentes de universidades públicas atribuíram à infraestrutura um dos principais fatores de desânimo no cotidiano profissional (f=4). As insatisfações se perspectivaram nos seguintes relatos:

Não temos sala para professores trabalharem separadamente, não temos data show e ar-condicionado em todas as salas. [...] Nossa quadra é aberta. Temos um campo de futebol e uma pista de atletismo, mas todos em condições bastante precárias. Infraestrutura de laboratório para pesquisa: não existe (D3).

Às vezes, ou muitas vezes, há falta de segurança, de limpeza, de manutenção nos espaços (D5).

Tais aspectos associam-se com aquilo que Brandão *et al.* (2015) denominaram de desmonte das universidades públicas nas últimas décadas. Estão implicados nesse processo de precarização: sucateamento dos espaços, materiais e equipamentos disponíveis; ferramentas de trabalho ultrapassadas; baixo investimento em infraestrutura e em laboratórios; e problemas com a manutenção dos espaços e equipamentos. Temos aqui um diagnóstico que sugere que as condições de trabalho impactam a satisfação do professor.

Não obstante, a passagem que segue apresenta outro ponto de vista no contexto da universidade pública: “Temos a chance de brigar, de melhorar equipamentos e estrutura. Mas depende de cada professor. Portanto, isso não pode ser um empecilho para trabalhar com satisfação e com qualidade (D1)”.

Interessante notarmos que dificuldades e desafios enfrentados por docentes de universidades públicas são legítimos e corroboram o constatado na produção de conhecimento sobre o tema (SOUZA *et al.*, 2020). Em contrapartida, empenhar-se na busca de alternativas para manter a qualidade das aulas é uma forma de não sucumbir diante das adversidades. Há, portanto, possibilidades de pleitear melhores condições de trabalho no contexto público, estratégia de impacto na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

No caso das instituições privadas, a realidade diverge das públicas em se tratando dessa categoria de análise. A propósito, devemos frisar que significativa parte dos docentes reconhece boas condições para o exercício da profissão (f=3), assim como o expressado:

Temos infraestrutura adequada para trabalhar. Entro na sala de aula e tenho um projetor multimídia que funciona e, se não funcionar, há um técnico disponível. Tenho na instituição uma biblioteca com praticamente todos os materiais que preciso disponíveis, por isso, peço para os alunos fazerem pesquisas (D8).

Se por um lado, as universidades públicas estão envoltas por prejuízos dos espaços e das condições de trabalho, as instituições privadas parecem gozar de melhor infraestrutura, que pressupõe impactos positivos na organização do trabalho docente.

Outro ponto que expressou divergências entre as realidades institucionais pesquisadas refere-se às condições salariais (remuneração e progressão na carreira). Salários mais elevados e maior estabilidade na carreira foram observados no contexto público, enquanto que baixos e/ou estagnados salários foram evidentes

no contexto privado, sugerindo que nesta realidade, a progressão na carreira têm sido uma das principais vias da precarização do trabalho docente.

Em síntese, todos os docentes que atuam em universidades públicas afirmaram estar satisfeitos com as condições salariais, especialmente na atual conjuntura educacional vivenciada pelo Brasil. Para os professores de instituições privadas, a insatisfação prevaleceu no que compete à estagnação e/ou baixos salários e a pouca ou nenhuma perspectiva de progressão na carreira (f=5). Os seguintes trechos retratam esse diagnóstico:

A remuneração e a progressão na carreira deixam muito a desejar, porque você se qualifica, mas não tem diferenciação em relação ao salário de mestre e doutor. Diferente do que acontece numa instituição pública (D8).

O piso salarial não dá para pagar as minhas contas. Se você trabalhar muito consegue ter remuneração um pouco maior, mas aí fica escravo do trabalho [...]. Isso faz com que venha trabalhar um tanto desmotivado (D10).

A propósito, os baixos salários enveredam o docente a assumir elevadas cargas horárias de trabalho no intuito de melhorar a renda mensal. Pimenta e Anastasiou (2014) destacam que, como o valor obtido pelo trabalho costuma ser insuficiente, o professor obriga-se a ampliar os turnos e trabalhar em mais de uma instituição para obter sua renda mensal básica.

No lastro dessas problematizações, podemos sugerir que a elevada expansão do ensino superior, com participação expressiva do setor privado, somada às reformas educacionais iniciadas nas últimas décadas, trouxe mudanças expressivas para os trabalhadores docentes (BROCH *et al.*, 2020). No ano de 2000, por exemplo, as organizações privadas de ensino com fins lucrativos detinham 18,5% das matrículas e, em 2012, passaram a responder por aproximadamente 50% desse segmento (BRASIL, 2016).

De um modo geral, houve crescimento da participação dessas organizações no ensino superior em nível mundial. Entretanto, poucos países têm uma presença tão significativa dessas instituições no ensino superior como o Brasil (FRITCH; JACOBUS; VITELLI, 2020).

Dias Sobrinho (2013) ressalta que, para muitas instituições privadas (porque nem toda instituição privada é mercantilista e trata o conhecimento como mera mercadoria), a educação é primordial e quase exclusivamente um empreendimento em função de uma progressiva e ilimitada acumulação de capital econômico. Como tendência geral e ressalvadas poucas e boas exceções, além dos ganhos financeiros de seus proprietários.

Em outros termos, as diferentes condições de salário e de carreira no ensino privado podem ser explicadas pela conjuntura em que essas instituições surgiram e se desenvolveram no país, marcadas pela expansão desordenada (SGUISSARDI, 2015). Juntamente a essa expansão, temos a flexibilização dos vínculos trabalhistas em que professores passaram a ser contratados, em sua maioria, sob regime parcial e horista, marcado por baixos salários e precarização das condições de trabalho docente (FRIZZO; BOPSIN, 2017).

Esse formato segue a lógica mercantil gerando um conjunto de desafios, tensões e incertezas. Assim, os riscos em que a sociedade está submetida hoje são decorrentes das profundas modificações que redefiniram a organização do trabalho e da vida humana (BECK, 2011; SENNETT, 2005).

Envolto por um desenvolvimento ambíguo da sociedade, com consequências imprevisíveis, a passagem que segue é elucidativa, pois nos permite identificar o modo como essa imprevisibilidade tem atingido a classe docente, tanto em IES privada como pública:

Estamos vivendo um momento bastante desfavorável em que não sabemos o que vai acontecer. Estou falando de uma carreira de 32 anos de instituição pública, de uma carreira longa que até então sabíamos o que ia acontecer no ano seguinte (D2).

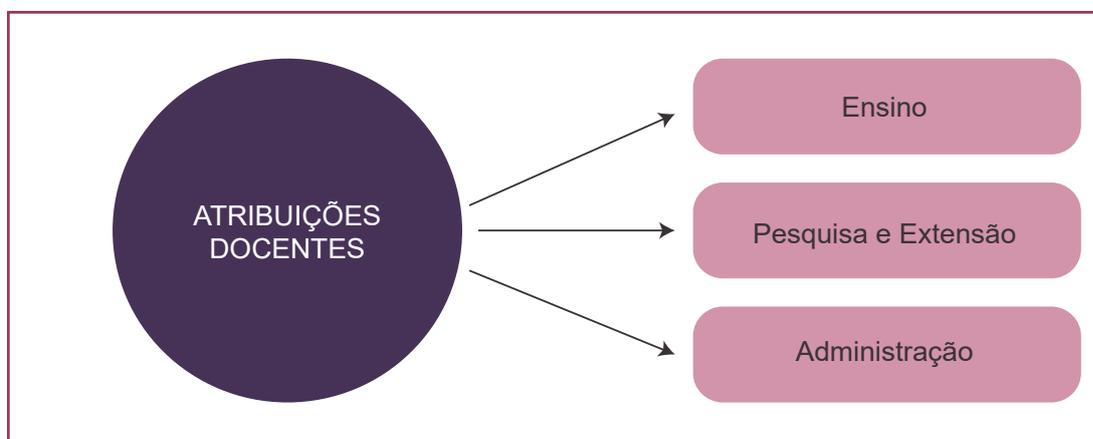
Embora este estudo tenha evidenciado que fatores referentes à remuneração e progressão na carreira se destacaram como favoráveis no setor público e desfavoráveis no setor privado, devemos frisar esse resultado como um impacto direto na sociedade, uma vez que a precarização do trabalho não pode ser resumida a um processo exclusivamente econômico, mas tem implicações de natureza social, cultural e política (BOSI, 2007).

Corroborando o exposto por Beck (2011), isso se deu pelo fato de a educação assumir um novo valor e uma necessidade de adaptar-se às condições do mercado por meio de estratégias que atendam aos interesses de manutenção das condições de acumulação capitalista. Portanto, os impactos elucidados neste estudo são sentidos tanto por docentes de instituições públicas como privadas, conforme discutiremos na sequência.

### 3.2 ATRIBUIÇÕES DOCENTES

Outro aspecto que vale a pena ser abordado remete ao elevado crescimento das atribuições agregadas à função docente na atualidade (CINTRA, 2018; SOUZA *et al.*, 2020). Identificamos a presença de tensões no ambiente laboral, ao tentarem equilibrar as demandas de ensino, pesquisa, extensão e as funções administrativas (Figura 2).

**Figura 2** - As atribuições docentes do professor universitário de Educação Física.



Fonte: As autoras (2019).

Antes, contudo, de indicar os excertos que expressam tais tensões, é oportuno frisar que a intensificação do trabalho docente se refere à ampliação das responsabilidades no cotidiano dos professores, balizadas pelo maior número de exigências a serem cumpridas em menor tempo. São aspectos circunscritos nesse particular: a massificação dos estudantes; a divisão de conteúdos; a incorporação de novas tecnologias; e o funcionamento do sistema educacional como empresa. Não é por acaso que as funções docentes passaram por um intenso processo de ampliação e complexificação, após as novas condições de trabalho (MANCEBO, 2013; BRANDÃO *et al.*, 2015).

Na realidade investigada, docentes de instituições privadas (f=3) enfatizaram acúmulo de atribuições em seu cotidiano profissional, assim como dificuldades de atendê-las adequadamente. Em função disso, manifestaram insatisfação pelo fato de demandas burocráticas e extraclasse excederem as questões de cunho didático-pedagógico:

A sala de aula é a parte mais tranquila do meu cotidiano profissional. O que mais dá trabalho é atender as exigências burocráticas da instituição (D8).

Questões fora de sala de aula são desmotivantes (D9).

As normativas atuais, a entrada do EaD e o excesso de trabalho fora da sala de aula me deixam insatisfeito (D10).

Em pesquisa com resultados semelhantes, Rezer (2010) pondera que juntamente com a ampliação do espectro de intervenção do professor e a respectiva diminuição de tempo para tratar efetivamente de tais demandas, parece instalar-se uma pulverização de ações e uma possível fragmentação da atenção face à diversidade de elementos. Como consequência, há o enfraquecimento do exercício profissional e da densidade do envolvimento docente com problemáticas específicas.

Nessa direção, Hargreaves (2004) destaca que a maneira como o tempo de trabalho é empregado interfere não somente nas atribuições específicas da docência, mas também traz impacto diretamente no processo de desenvolvimento profissional, uma vez que a intensificação leva a uma falta de tempo para o aperfeiçoamento das habilidades e atualização profissional.

Outro fato correspondente à realidade no setor privado compete às condições contratuais e à carga horária:

Na minha condição de horista, eu não tenho incentivo à pesquisa, é por vontade própria que faço, pois será importante para meu currículo (D8).

Sou contratado para trabalhar com a pesquisa, tenho oito horas em sala de aula e 32 horas de dedicação com a pesquisa. A instituição me paga por produtividade (D6).

A nosso ver, a satisfação com o desempenho laboral do docente universitário (ensino, pesquisa, extensão) no contexto privado fica à mercê do tipo de vínculo pelo qual o professor é contratado. De tal modo, os relatos analisados dão pistas de que o acúmulo de demandas é interveniente na satisfação com o trabalho nesse âmbito.

No caso das instituições públicas, a maior parte dos professores (f=3) afirmou que a carga horária de trabalho permite atender às demandas exigidas, conciliar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, bem como cumprir com as funções administrativas:

A carga horária de graduação, de atendimento aos alunos, de preparação de aulas, orientações e supervisões é muito boa e permite desenvolver tudo com bastante qualidade (D5).

Consigo distribuir bem o tempo (D4).

Em contrapartida, alguns entrevistados apresentaram objeções:

A carga horária elevada na graduação prejudica a pesquisa (D3).

As funções administrativas não te dão nenhum retorno. Os projetos de pesquisa, extensão e ensino podem gerar um artigo amanhã. Mas as funções administrativas não te dão ponto, não acrescentam nada no Lattes, e te consomem na semana duas ou três reuniões das quais você ainda sai com tarefas (D2).

No bojo dessa discussão, Brandão *et al.* (2015) alertam ser comum a cultura do individualismo no processo de intensificação do trabalho docente, haja vista o ambiente de intensa produtividade e competitividade. Alicerçado na ideia de que os docentes devem ser mais produtivos, as relações sociais tendem a ficar comprometidas. Tais problemáticas foram observadas entre o corpo docente público (f=3). Os relatos nos permitem explorar um pouco mais dessas nuances:

Alguns colegas de trabalho parecem preocupar-se apenas com a vida pessoal e os seus pontinhos da Capes. [...] Aqui não se pensa institucionalmente e coletivamente (D2).

O ambiente de trabalho é marcado por brigas de egos e de vaidades. Além disso, são recorrentes situações que geram mal-estar (D5).

Ao passo que o trabalho coletivo requer acordos na tomada de decisões, inevitavelmente, surgem desconfortos e relações insatisfatórias. Os relatos mostraram insatisfação, especialmente, pela pouca predisposição de docentes para engajamento em cargos e funções relativas ao departamento. Nessa direção, Tardif e Lessard (2007) esclarecem que alguns professores fazem unicamente o que é previsto pelas normas oficiais da organização, gerando sobrecarga para aqueles que se engajam no trabalho.

Para um entrevistado, problemas dessa ordem precisam ser superados:

Precisamos ter maturidade suficiente para avançar e entender que os demais devem ter seus pontos de vista e, nem por isso, são inimigos, apenas pensam diferente (D1).

Diante da incorporação de novas atribuições à função docente, a pesquisa por ora apresentada desvendou algumas implicações ao cotidiano profissional. Para os docentes do setor privado, equilibrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão é uma questão problemática, pois o tipo de vínculo contratual, comumente, não prevê tais prerrogativas. Já para os docentes do setor público, apesar de demonstrarem maior nível de satisfação no tocante ao atendimento das atribuições profissionais, a insatisfação manifesta-se nas conflituosas relações interpessoais.

Dadas as peculiaridades, as condições de trabalho do docente universitário recebem intervenções conforme o tipo de instituição em que atuam, as laborações como educador, os diferentes regimes e jornadas de trabalho, as relações estabelecidas com alunos e demais professores, a relação com a pesquisa e com as diferentes tecnologias (CINTRA, 2018). Constatamos assim que, em ambas as realidades, conciliar as demandas e atribuições docentes é, de fato, desafiador.

A partir de um diagnóstico sobre os desafios atuais, Beck (2011) parte do pressuposto que vivemos hoje um momento de ruptura, em que a sociedade assumiu novos contornos e transformou-se numa sociedade de risco. De risco, pois mudanças radicais ocorreram na política, na economia e no comportamento, considerando que o trabalho assalariado deixou de se apoiar em padronização de contrato de trabalho, de local de trabalho e de jornada de trabalho, tendo sido substituído pelas formas plurais de flexibilização do trabalho. Esse novo formato segue de mãos dadas com uma redistribuição de renda e de garantias sociais, gerando novas incertezas e desigualdades sociais.

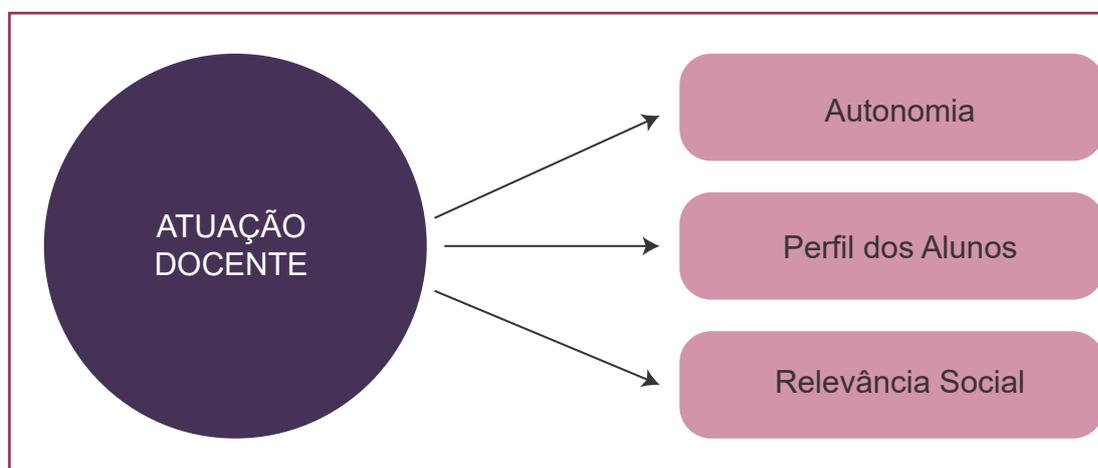
Estamos diante de um encolhimento do tempo, em que o trabalho invadiu o espaço pessoal e privado, dificultando que o trabalhador vivencie com qualidade outras dimensões da vida (MANCEBO, 2013). Pesquisa desenvolvida por Lemos (2007) apontou para a dificuldade em atender a todas as demandas da função docente, o que em muitos casos reflete na necessidade de trabalhar no tempo de lazer. Além disso, é um risco que se corre assumir responsabilidades que extrapolam as próprias competências de modo a, inevitavelmente, não conseguir cumprir adequadamente as funções (FENSTERSEIFER, 2006).

Nesse particular, Sennett (2005) problematiza sobre as consequências do capitalismo para o trabalhador, indicando uma possível corrosão do caráter. O autor discute que o modo de vida na economia capitalista contemporânea pauta-se em incertezas e gera impedimentos aos planejamentos de longo prazo, tanto na economia como na dimensão pessoal. Portanto, manter compromissos mútuos em instituições que tendem a se desfazer ou se reprojeter numa sociedade imediatista é um desafio, podendo implicar relações sociais de trabalho marcadas pela competitividade, pelo individualismo e pela insatisfação com as demandas laborais.

### 3.3 ATUAÇÃO DOCENTE

Com relação aos dramas que afligem os docentes universitários em sua prática profissional, assim como as potencialidades de sua atuação, questões referentes à autonomia, ao perfil discente e à relevância social foram encontradas. (Figura 3).

**Figura 3** - Aspectos da atuação no trabalho docente em Educação Física



Fonte: As autoras (2019).

É oportuno pontuar que a autonomia refere-se à construção de uma identidade de trabalho que considera o contexto das relações em que ocorre, a consciência da parcialidade de convicções próprias e a compreensão de si e do sentido da intervenção na realidade (WITTIZORECKI, 2001). Quanto mais o professor compreende sua identidade profissional, maior é sua competência para desenvolver a atividade laboral de forma autônoma (CONTRERAS DOMINGO, 2002).

Partindo dessa mesma lógica, este estudo revelou a autonomia como um dos principais motivos de satisfação no trabalho de docentes do setor público (f=5) e privado (f=3):

Dentro de minhas limitações técnicas e das condições que pactuamos junto ao corpo docente: tenho total liberdade. Não vejo outro ambiente com tamanha possibilidade de argumentação e discussão para colocar as minhas ideias (D1).

A autonomia que tenho no trabalho é o meu principal fator de satisfação, motivo pelo qual não busco por melhores condições de trabalho em outras instituições (D7).

Eu tenho autonomia para criar, para produzir material, para escolher conteúdo dentro das ementas propostas (D10).

Os excertos identificam a satisfação com os níveis de autonomia que os docentes possuem em seu contexto profissional. Não obstante, aspectos limitadores no desenvolvimento da autonomia também foram evidenciados, como é possível observar:

Por um lado, a instituição é muito organizada para se trabalhar. Por outro, a normatização que existe engessa o trabalho. À medida que eu não encontro sentido e significado nessas coisas, fico insatisfeita, porque são normas que são decididas a partir de uma hierarquia e não são discutidas com o docente. Talvez eu até concordasse se tivesse participado do processo de elaboração (D8).

Aliás, situações que indicam o enrijecimento das normativas de trabalho, a imposição de regras e a ausência de espaços para o diálogo e decisões coletivas foram destacadas, essencialmente, por docentes de instituições privadas, sugerindo que tais problemáticas constituem parte desse contexto. Para Contreras Domingo (2002), situações como as mencionadas acima podem controlar e/ou retirar a autonomia dos professores, ocasionando, assim, descontentamento.

Mas é válido mencionar que uma parcela considerável dos docentes investigados manifestou possuir autonomia pedagógica, a qual colabora para construção e consolidação de suas ações didático-pedagógicas na complexa trama de relações existentes na Educação Física.

O perfil discente foi outro ponto em destaque na atuação de docentes universitários. Em linhas gerais, a participação nas aulas, o interesse pelos conteúdos das disciplinas, o *feedback*, o uso das novas tecnologias, a disciplina e o respeito foram indicados como aspectos insatisfatórios (f=3) nesta pesquisa. Alguns trechos reportam aos achados:

Tenho observado o perfil do corpo discente desmotivado, o que acaba desmotivando também o professor. Sempre procurei atualizar meu material, mas, nos últimos anos, em função desse perfil de aluno, estou bastante desmotivado (D3).

Antes havia mais respeito pelo professor. Hoje, o aluno pensa saber mais que o professor, valoriza mais a informação que está num blog do que a que está no livro (D6).

Para Tardif e Lessard (2007), o agravamento e a complexificação do trabalho docente não impacta apenas as condições de trabalho, de salários e a ampliação da carga horária. Mas pode ser traduzida em complexas relações entre professor-aluno (alunos com problemas na formação humana, empobrecimento das famílias, crise de valores, multiplicação das fontes de conhecimento, entre outros). Enfim, a relação com os alunos se insere num contexto educacional e social, num ambiente global que impacta de forma expressiva sua natureza e qualidade.

Ao que parece, em virtude das significativas mudanças experimentadas pela sociedade atual em todos os seus aspectos, lidar com o novo perfil do alunado na universidade tem sido desafiador para o corpo docente.

Nesse ínterim, recorreremos ao pensamento de Sennet (2005), que aponta a flexibilidade das relações sociais (falta de compromisso e lealdade), a não linearidade da vida (imprevisibilidade) e as novas maneiras de organizar o tempo (instantaneidade – não há longo prazo) como características que prejudicam as relações interpessoais. Para ele, a nova forma de trabalho flexível, com ênfase no curto prazo, impede o desenvolvimento de virtudes como lealdade, confiança, comprometimento e ajuda mútua. Essas situações influem em modificações no papel do professor que tornaram-se mais complexas.

Relatos, porém, consideram o acúmulo de experiência profissional como importante estratégia para superar a insatisfação nessa questão: “Vejo que o relacionamento com alunos melhora à medida que amadureço enquanto docente (D8)”. “Acredito que a maturidade é essencial para a satisfação (D1)”.

Compreende-se que à medida que o tempo avança e as experiências profissionais se consolidam, diminui-se uma série de ilusões e expectativas inicialmente construídas, dentre elas, as próprias dificuldades que se estabelecem na relação professor-aluno.

Por fim, a relevância social da profissão foi colocada como favorável pela maior parte dos professores (f=8).

Desempenhar a função de docência em nível superior, formar professores que possivelmente contribuirão na melhoria da qualidade geral da sociedade, é fator de grande satisfação (D1).

O que me traz satisfação não é estar nessa ou naquela instituição, e sim, ser docente. A relevância que a gente tem na sociedade é grande e me dá satisfação fazer parte disso (D7).

Tal como passível depreender dos excertos, parte da satisfação está pautada no desempenho de uma profissão que se apresenta relevante e com grande potencial de transformação social. Impressionam esses achados diante do atual contexto em que a educação parece adaptar-se cada vez mais às condições do mercado, que traz como resultados a desvalorização profissional, sobretudo pelo declínio salarial que impõe dificuldades no desempenho e no desenvolvimento dos professores universitários (SILVA; ANDRADE; ZANELLI, 2010).

Esse fato lança a reflexão de que não sabemos até que ponto a universidade dentro dos moldes e da lógica do mercado pode subsistir diante do encolhimento da sociedade do trabalho (BECK, 2011). Sob esse prisma, Tardif e Lessard (2007) consideram que a valorização do trabalho docente deve ser vista não como uma ocupação secundária, mas como uma das chaves para a transformação da sociedade.

Entende-se que a condição do docente de atribuir sentido e significado às suas práticas, evidenciando sua relevância social, apesar das tensões existentes no campo educacional, é o que difere a profissão de professor em relação a outros trabalhos que perderam seu sentido no atual sistema vigente (SENNETT, 2005), e numa sociedade de risco marcada por falta de certezas e continuidades (BECK, 2011).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação de aspectos que configuram o trabalho docente na universidade – foco central desta pesquisa – é pauta relevante para o diagnóstico de interferências que incidem sobre o trabalho dos professores universitários e que impactam sobremaneira no exercício dessa profissão. Com essa lógica em mente, o estudo investigou as novas dinâmicas do trabalho docente na universidade sob a ótica de professores de Educação Física. Embora a pesquisa retrate uma realidade específica, considerações importantes podem ser tecidas em torno da problemática em voga.

Primeiramente, constatamos que, enquanto os professores de instituições públicas são impactados com o desmonte e precarização dos espaços e das condições estruturais de trabalho, os professores de instituições privadas são impactados por suas condições salariais e contratuais, resultante da mercantilização do ensino.

Outro ponto observado foi que a intensificação do trabalho docente, representada pelo acúmulo de funções (ensino, pesquisa, extensão e administração), apresenta prejuízos para o exercício profissional dos docentes universitários, o que independe do vínculo ser no setor público ou privado. Quanto aos seus impactos, no setor privado, o tipo de contrato e a quantidade de carga horária determinam a falta de equilíbrio entre essas novas atribuições. Já no setor público, são as relações interpessoais que aparecem comprometidas e refletem na dinâmica laboral cotidiana do professor.

Em razão disso, há indícios de que estes impactos são reflexo do cenário de modificações estruturais na organização do trabalho, que flexibilizou os contratos e a jornada de trabalho, acarretando baixos salários e expandindo os contratos temporários, que não oferecem garantias e estabilidade ao profissional. Além do mais, a multiplicação de tarefas e as novas demandas agregadas à função docente colocam em jogo a qualidade da formação ofertada no ensino superior e a complexificação do papel do professor.

Quanto aos aspectos relacionados à atuação docente, não podemos deixar de considerar o elevado nível de satisfação percebida pelos investigados quanto à autonomia e à relevância social. Ao que parece, esses aspectos são determinantes

para que os professores não sucumbam diante do conjunto de fatores desfavoráveis à atuação profissional.

O diagnóstico apresentado na pesquisa por ora realizada revela a necessidade de maior empreendimento acadêmico em torno da problemática em questão. Por isso, destacamos a relevância da ampliação das análises e das discussões feitas neste estudo, pois compreender a dinâmica do trabalho dos docentes universitários no cenário nacional pode trazer subsídios para conjecturarmos tentativas de mudanças neste contexto. Percebemos também que a situação verificada neste estudo solicita discussões acadêmico-científicas profícuas que valorizem a percepção dos professores face aos fatores que interferem no seu desempenho profissional. Essa é uma importante forma de tentar se proteger de impactos ainda mais diretos sobre a atuação profissional em Educação Física, na sociedade de risco em que vivemos.

Por fim, compete destacar que os achados revelaram que as complexas tensões e relações estabelecidas no campo educacional brasileiro não são específicas da Educação Física, mas decorrentes dos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, que assumem diferentes características, ao se ponderar as especificidades do trabalho docente nas instituições pública e privada. Deste modo, o trabalho docente não pode ser pensado isoladamente, aquém das transformações que ocorrem também em outros setores da sociedade.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Mario Luiz Neves. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privado-mercantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, v.1, n.1, p. 86-102, jul./set. 2015.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOSI, Antonio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior no Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

BRANDÃO, Ana Carolina Pessoa *et al.* Condições de trabalho docente na universidade pública brasileira: um mapeamento de estudos. **Revista Espaço Pedagógico**, v.22, n.2, p. 343-355, jul./dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário **Oficial da União**, 23 de dez. 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/LF9394\\_96.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/LF9394_96.pdf) Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Atos de Concentração no Mercado de Prestação de Serviços de Ensino Superior. **Cadernos do CADE**, Brasília, maio 2016. Disponível em: <http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/dee-publicacoes-anexos/caderno-de-educacao-20-05-2016.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

- BROCH, Caroline. **Trabalho docente em Educação Física na Educação Superior: configuração e satisfação profissional**. 2018. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação Física), Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2018.
- BROCH, Caroline *et al.*. A expansão da Educação Física no ensino superior brasileiro. **Journal of Physical Education**, v. 31, n. 1, p. 31-43, jun. 2020.
- CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso. Ensino superior público e privado na Paraíba nos últimos 15 anos: reflexões sobre o acesso, a permanência e a conclusão. **Avaliação**, v. 25, n. 01, p. 52-72, mar. 2020.
- CINTRA, Paulo Roberto. A produção científica sobre docência no ensino superior: uma análise bibliométrica da SciELO Brasil. **Avaliação**, v. 23, n. 2, p.567-585, jul. 2018.
- CONTRERAS DOMINGO, José. **Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.
- D'OLIVEIRA, Camila Arantes Ferreira Brech *et al.* Configurações do mundo do trabalho e o processo saúde-doença dos trabalhadores docentes de enfermagem. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 28, n. 33, p.01-06, 2020.
- DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação**, v. 18, n. 1, p. 107-126, 2013.
- FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Corporeidade e formação do profissional da área da saúde. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 27, n. 3, p. 93-102, 2006.
- FRITSCH, Rosângela; JACOBUS, Artur Eugênio; VITELLI, Ricardo Ferreira. Diversificação, mercantilização e desempenho da educação superior brasileira. **Avaliação**, v. 25, n. 01, p. 89-112, mar. 2020.
- FRIZZO, Giovanni; BOPSIN, Andressa. Saúde docente e a precarização do trabalho no curso de educação física na rede privada de ensino superior. **Movimento**, v.23, n.4, p.1271-1282, out./dez. 2017.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HARGREAVES, Andy. **O ensino na sociedade do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LEMOS, Carlos Augusto Fogliarini. **Qualidade de vida na carreira profissional de professores de educação física do magistério público Estadual/RS**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- MANCEBO, Deise. Trabalho docente e produção de conhecimento. **Revista Psicologia e Sociedade**, n.25, v.3, p.519-526, 2013.
- MANCEBO, Deise *et al.* Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v.20, n.60, p.31-50, 2015.
- MANCEBO, Deise; FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Trabalho docente: uma análise das práticas intelectuais em tempos de globalização. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira (Org.). **Políticas e gestão da educação superior**. Goiânia: Alternativa, 2003. p.191-204.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contextos de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. (Orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p.61-77.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

REZER, Ricardo. **O trabalho docente na formação inicial em Educação Física**: reflexões epistemológicas. 2010. 394 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RISTOFF, Dilvo. Os desafios da educação superior na Ibero-américa: inovação, inclusão e qualidade. **Avaliação**, v.18, n.3, p.519-545, nov. 2013.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SGUISSARDI, Valter. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação e Sociedade**, v.36, n.133, p.867-889. out./dez. 2015.

SILVA, Rudney da; ANDRADE, Alexandre; ZANELLI, José Carlos. O discurso real e o discurso ideal de professores de educação física do ensino superior sobre docência. **Movimento**, v.16, n.3, p.133-154, jul./set. 2010.

SOUZA, Kátia Reis de et al. Oficinas em saúde do trabalhador: ação educativa e produção dialógica de conhecimento sobre trabalho docente em universidade pública. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, n. 4, p. 01-09, 2020.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

WITTIZORECKI, Elisandro Schultz. **Trabalho docente dos professores de educação física na rede municipal de ensino de Porto Alegre**: um estudo nas escolas do Morro da Cruz. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

**Abstract:** Abstract: This descriptive text investigates the dynamics of teaching work at the university from the point of view of Physical Education teachers. Ten teachers from public and private institutions in the state of Paraná participated in the study. Data were collected through semi-structured interviews and treated with content analysis. Factors found to influence teacher satisfaction were structural working conditions and wages, intensification represented by accumulated functions, and aspects such as autonomy, professional valorization and student profile. Both favorable and unfavorable impacts are related to the type of institutional bond – either public or private – and reflect the scenario of structural changes in the organization of work, which brought complex challenges and tensions to teachers' professional performance in Brazil's educational field.

**Keywords:** Physical Education. Education, higher. Work.

**Resumen:** Este texto, con carácter descriptivo, tuvo como objetivo investigar la dinámica del trabajo docente en la universidad bajo la óptica de profesores de Educación Física. Participaron en la investigación diez docentes de instituciones públicas y privadas del estado de Paraná. Los datos se recolectaron mediante entrevistas semiestructuradas y se trataron con base en el análisis de contenido. Se constató que las condiciones estructurales y salariales de trabajo, la intensificación representada por la acumulación de funciones y aspectos como la autonomía, la valorización profesional y el perfil del alumno son factores que intervienen en la satisfacción docente. Los impactos, favorables y desfavorables, guardan relación con el tipo de vínculo institucional (público y privado) y reflejan el escenario de cambios estructurales en la organización del trabajo, lo que trajo complejos desafíos y tensiones al desempeño profesional docente en el campo educativo brasileño.

**Palabras clave:** Educación Física. educación superior. Trabajo.

### LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja corretamente citado. Mais informações em: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

### CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declararam que não há conflito de interesses neste trabalho.

### CONTRIBUIÇÕES AUTORAIS

**Caroline Broch:** Desenho do estudo; Instrumento de coleta de dados; Coleta de dados; Análise e interpretação dos resultados; Construção do texto do princípio ao fim.

**Fabiane Castilho Teixeira:** Desenho do estudo; Instrumento de coleta de dados; Análise e interpretação dos resultados; Construção do texto do princípio ao fim.

**Juliana Pizani:** Instrumento de coleta de dados; Análise e interpretação dos resultados; Construção do texto do princípio ao fim.

**Ieda Parra Barbosa Rinaldi:** Instrumento de coleta de dados; Análise e interpretação dos resultados; Construção do texto do princípio ao fim.

### FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.*

### ÉTICA EM PESQUISA

Pesquisa foi aprovada pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – COPEP da Universidade Estadual de Maringá/PR, sob Parecer n. 2.460.322/2018.

### COMO REFERENCIAR

BROCH, Caroline; TEIXEIRA, Fabiane Castilho; PIZANI, Juliana; BARBOSA-RINALDI, Ieda Parra. Trabalho docente na universidade: um diagnóstico com professores de educação física. **Movimento (Porto Alegre)**, v.26, p.e26100, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/95636>. Acesso em: [dia] [mês abreviado]. [ano]. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.95636>

### RESPONSABILIDADE EDITORIAL

Alex Branco Fraga\*, Elisandro Schultz Wittizorecki\*, Ivone Job\*, Lisandra Oliveira Silva\*, Mauro Myskiw\*, Raquel da Silveira\*

\*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, RS, Brasil.